

# Um Regime de Segurança para o Mediterrâneo: as Dificuldades do Processo

Maria do Céu Pinto\*

*Universidade do Minho, Directora do Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais.*

## Resumo

Passados mais de dez anos sobre o fim da Guerra Fria e contando com alguns anos de experiência das iniciativas de diálogo euro/atlântico-mediterrânicas, pode-se com rigor concluir que o ambiente de incerteza e de insegurança na bacia mediterrânica se dissipou? Dificilmente. O novo contexto internacional do pós-11 de Setembro, veio sublinhar a importância da cooperação euro-mediterrânica. Não existe uma identidade de segurança no Mediterrâneo e, assim, as possibilidades de criação e sustentabilidade de um regime de segurança cooperativo e multilateral são fracas. Na vertente da segurança, o Processo de Barcelona, tornou-se apenas numa estrutura de diálogo, informação e transparência, um mecanismo gerador de confiança sistémica. No processo, foi reduzida ao mínimo denominador comum e esvaziada das potencialidades para acções de prevenção de conflitos e de gestão de conflitos.

## Abstract

*More than ten years after the end of the Cold War, and counting with the years of experience of the initiatives of the euro/atlantic-mediterranean dialogue, can we conclude that the environment of uncertainty and insecurity in the Mediterranean area has disappeared? Hardly. The new post-11<sup>th</sup> September context, has underlined the importance of the euro-mediterranean cooperation. It doesn't exist a security identity in the Mediterranean, and therefore, the possibilities of the creation and sustainability of a co-operative and multilateral security regime are weak. In the security area, the Barcelona process has become a structure of dialogue, information and transparency, a mechanism creator of systemic confidence. In the process, has been reduced to the minimum common denominator and emptied of the potentialities for actions of conflict prevention and conflict management.*

---

\* Comunicação apresentada no Colóquio C-4, "As Iniciativas Europeias e Euro-Atlânticas para o Mediterrâneo: Balanço Crítico e Perspectivas de Futuro", Forte de S. Julião da Barra, Lisboa, 21 de Maio de 2003.

Orlando Ribeiro, um notável geógrafo português do séc. XX, resumiu magistralmente a essência do Mediterrâneo quando o caracterizou “como a região mais rica de variedade e localismo, mas, ao mesmo tempo, como a mais originalmente unida, na paisagem, nas produções, no trabalho dos homens”. As relações da geografia e da história formaram, no Mediterrâneo, “uma trama espessa e indissolúvel”.

Quando se fala em Mediterrâneo, imediatamente salta à vista um paradoxo: o contraste entre as inegáveis afinidades da área mediterrânica e as profundas divisões políticas e culturais que nela ficaram impressas ao longo dos séculos.

A interdependência entre as duas margens é uma consequência, em primeiro lugar, de um fenómeno físico: a proximidade geográfica. A tão apregoada interdependência do Mediterrâneo é também função de um sentido de insegurança generalizado: do Norte em relação ao Sul e do Sul em relação ao Norte. A noção de ameaça e dos riscos à segurança concentrados no Sul é que despoletou, em inícios dos anos 90, as iniciativas destinadas a reforçar a confiança entre as duas margens do Mediterrâneo. Os principais riscos à segurança da Europa não derivam tanto do uso do poder militar por parte dos Estados do Sul contra a Europa continental: mais prováveis causas de instabilidade serão antes o colapso total ou parcial das actuais autoridades políticas e os conflitos entre os Estados da região. Além disso, o Mediterrâneo está repleto de ameaças à segurança chamadas “não militares”. São fontes de instabilidade interrelacionadas entre si como a fraca performance económica dos Estados, o controle de certas fontes de energia, o crescimento demográfico e as migrações, os movimentos fundamentalistas e as diferenças culturais, o terrorismo, o tráfico de armas, o narcotráfico e o esgotamento dos recursos naturais.

Num cenário pessimista, a criação de regimes islâmicos fundamentalistas na outra margem do Mediterrâneo poderia operar uma reviravolta total no actual *status quo*. A emergência de um regime islamista na Argélia, como resultado da guerra civil entre o regime argelino e os Islamistas radicais da Frente Islâmica de Salvação em 1991, foi um dos factores que fez soar o alarme na Europa. Mudanças políticas violentas no Magrebe ou Médio Oriente poderiam ainda levar à consolidação de alianças hostis na periferia da Europa, nomeadamente tornando ainda mais complexos os padrões de proliferação. Regimes fundamentalistas, que tipicamente têm uma postura anti-ocidental e agressiva, poderiam intensificar os esforços de aquisição de ADM (armas de destruição maciça) ou lançar operações terroristas em solo europeu – como aconteceu, aliás, em 1994 e 1995, quando o FIS decidiu estender a guerra contra o regime argelino ao solo francês.

A NATO tem, desde o fim da Guerra Fria, espelhado nos seus textos oficiais a preocupação com a proliferação de ADM na margem sul e leste do Mediterrâneo. O novo Conceito Estratégico, que expande a definição dos riscos e a sua geografia, refere especialmente aqueles que se situam “na periferia da Aliança” (parágr. 20). Desde o fim da Guerra Fria que a NATO tem vindo a redefinir o seu papel para lidar com desafios à segurança além dos limites da Europa, eventualmente na zona do Mediterrâneo. A doutrina de defesa emergente de gestão de crises prevê o desenvolvimento de forças móveis que podem ser projectadas para teatros de crise sempre que necessárias.

Afirmar, há dois anos, neste mesmo Instituto, que a balança militar que está a emergir no Mediterrâneo provavelmente apresentaria à Aliança novas missões militares. Disse também que a contribuição de alguns dos membros da organização para algumas destas missões poderia vir a ser problemática – como o ilustra a recente guerra no Iraque. Ora, o ritmo das operações levadas a cabo nos últimos anos e o aumento de riscos na Bacia Mediterrânica (tal como o sublinha o novo Conceito Estratégico) fazem prever um aumento de contingências requerendo intervenção Aliada<sup>1</sup>.

A questão da ameaça real destas tendências sobre a segurança da Europa e, mais concretamente, dos países da NATO, é objecto de um intenso debate e os pontos de vista diferem em função do lado que os emite. A questão da proliferação tem sido tratada pelos Americanos em termos que roçam o alarmismo. Efectivamente, visto de Washington, a proliferação armamentista em países como o Iraque, Irão, Síria e Líbia é sentida como um desafio à presença americana na região, uma ameaça aos seus interesses petrolíferos no Golfo e ao seu aliado, Israel. Vista da Europa, a proliferação não é tão premente. A UE tende a desdramatizar a gravidade da proliferação ou a tratá-la com instrumentos de não-confrontação. Por um lado, os países da União Europeia (UE) têm uma posição mais distante – melhor dito, equidistante – em relação ao conflito israelo-árabe e israelo-palestiniano e mantêm relações mais equilibradas com a maioria dos países árabes. Além disso a UE, através do processo de Barcelona, avançou com um conjunto de iniciativas destinadas a contribuir, através de um programa variado, para reforçar a estabilidade numa zona que é reconhecidamente crítica e cuja evolução terá efeitos sobre a Europa.

O que é certo é que, impulsionado pelos Americanos (e no meio de alguns desentendimentos entre os Aliados quanto à prioridade a conceder-lhe), o tema da proliferação

---

1 Shahrām Chubin et al., NATO’s New Strategic Concept and Peripheral Contingencies Conference Proceedings, Santa Monica, CA, RAND, 1999.

foi subindo de importância na agenda da NATO ao longo da década de 90. E a recente intervenção armada no Iraque comprova a vontade dos EUA em enfrentarem, com ou sem a colaboração dos seus parceiros aliados, os regimes proliferadores considerados hostis.

Da parte dos países do Sul, existe o receio de situações de “intrusão, interdição e coação” por parte dos países do Norte<sup>2</sup>. As sociedades árabes permanecem visceralmente desconfiadas em relação a qualquer tipo de intervenção externa ocidental<sup>3</sup>, sobretudo quando aquelas se praticam em nome de “causas nobres”, tais como a defesa do Direito Internacional e do direito de ingerência. As duas intervenções armadas no Iraque, o regime de tutela e de sanções a que aquele país ficou submetido após 1991, reforçaram a suspeição em relação ao Ocidente. Na opinião das massas árabes, por detrás da invocação de princípios democráticos e do seu universalismo, o Ocidente procuraria, na realidade impor uma hegemonia sobre o mundo árabe.

As opiniões públicas árabes acusam os países ocidentais de aplicarem uma duplicidade de padrões na implementação da lei internacional, intervindo energeticamente para punir as violações perpetradas por Estados considerados hostis (Líbia, Sudão, Iraque e Irão) e fechando os olhos às violações perpetradas pelos Aliados pró-ocidentais (Israel, Turquia e Arábia Saudita).

Passados dez anos sobre o fim da Guerra Fria, e contando com alguns anos de experiência das iniciativas de diálogo euro/atlântico-mediterrânicas, pode-se com rigor concluir que o ambiente de incerteza e de insegurança na bacia mediterrânica se dissipou? Dificilmente. O novo contexto internacional do pós-11 de Setembro, veio sublinhar a importância da cooperação euro-mediterrânica por exigir um reforço da cooperação regional em domínios que não eram considerados prioritários – o diálogo entre culturas e civilizações – ou não reuniam consenso, como é o caso da luta contra o terrorismo.

A intervenção aliada no Iraque é, para grande parte das massas árabes, a confirmação que a teoria de Samuel Huntington, sobre o “confronto de civilizações” entre Ocidente e o Islão é já uma realidade.

A coligação aliada entra no Iraque num contexto em que a maior parte da população crê que, na agenda política dos EUA para a região, o ataque contra o Iraque será o primeiro

---

2 Roberto Aliboni, “The Enhanced Political Dialogue in the Euro-Mediterranean Partnership”, paper do EuroMeSCo’s Working Group on the Euro-Mediterranean Charter for Peace and Stability. Outubro de 1999, p. 3 (v. em [http://www.euromesco.net/euromesco/print.asp?cod\\_artigo=38767](http://www.euromesco.net/euromesco/print.asp?cod_artigo=38767)).

3 Laura Guazzone, “Who Needs Conflict Prevention in the Mediterranean?”, *The International Spectator*, vol. XXXV, nº 1, Janeiro-Março de 2000, p. 88.

passo para o ataque a outros regimes, que os EUA pretendem controlar o Iraque e o Golfo por causa do petróleo, que Washington defende os interesses de Israel ou qualquer outra força misteriosa - como é parte da cultura popular conspirativa da região. Com a fim da guerra, todas as tensões políticas que existiam continuarão a existir, bem como as condições políticas, económicas e demográficas que continuarão a marcar negativamente os próximos anos.

A Guerra do Golfo de 1991 e a actual, os sucessivos *rounds* de ataques contra o Iraque, a guerra no Afeganistão - todos eles são interpretados pelas massas árabes como episódios que atestam a tentativa do Ocidente de neutralizar o poderio árabe e de humilhar os Muçulmanos.

Um balanço sumário das várias iniciativas para o Mediterrâneo, lançadas no quadro das diversas organizações, tem produzido resultados limitados. Por um lado, devido ao carácter discriminatório na selecção dos parceiros mediterrânicos e/ou à fraca adesão destes àquelas iniciativas. Talvez mais importante seja o facto de não terem sido definidos de forma clara os objectivos a atingir e os princípios comuns e regras orientadores desse diálogo. Os meios postos à disposição destas acções são escassos, o que impede naturalmente a obtenção de resultados mais substantivos. No seio das próprias organizações promotoras do diálogo no Mediterrâneo, não existe consenso quanto à prioridade a conceder à cooperação em matéria de segurança com os países vizinhos do Mediterrâneo.

Uma das dificuldades em aplicar no Mediterrâneo o modelo de prevenção e de gestão de conflitos usado no contexto da Guerra Fria entre as superpotências é, desde logo, a especificidade do Mediterrâneo e também a sua diversidade<sup>4</sup>.

A este propósito poderíamos observar: quais são os limites geográficos deste Mediterrâneo? Hoje em dia, no pós-Guerra Fria, o Mediterrâneo é uma zona muito ampla. A interdependência entre as suas várias regiões tornou-se mais multifacetada e complexa. O Mediterrâneo subdivide-se numa série de sub-regiões distintas do ponto de vista político e estratégico. Essas sub-regiões são o Norte de África, o Próximo Oriente, o Golfo Pérsico, a Turquia e os Balcãs<sup>5</sup>. Embora o Golfo Pérsico não seja do ponto de vista geográfico uma zona adjacente ao Mediterrâneo, faz parte da dinâmica das relações políticas do Médio Oriente. Outra zona que tem ligações evidentes com o Médio Oriente é a Transcaucásia:

---

4 Abdelwahad Biad, "A Strategy for Conflict Prevention and Management in the Mediterranean", Revista CIDOB d'Afers Internacionals, nº 37, 1997 ([www.oneworld.org/euforic/cidob/biad.htm](http://www.oneworld.org/euforic/cidob/biad.htm)).

5 Fred Tanner, "Conflict Management and European Security: The Problem of Collective Solidarity", paper para o primeiro seminário GCSP-Yale (ISS), Leukerbad, 21-22 de Agosto de 1998 (v. em [http://www.isn.ethz.ch/securityforum/Online\\_Publications/WS4/Tanner.htm](http://www.isn.ethz.ch/securityforum/Online_Publications/WS4/Tanner.htm)).

o Cáucaso e a Ásia Central emergiram com a dissolução da União Soviética, inserindo-se no vasto mundo turco-muçulmano e inter-agindo com o sistema político do Médio Oriente. Em larga medida, a segurança no Mediterrâneo é refém das relações político-militares de países localizados nas suas franjas. O resultado disso é que as diferenças culturais, políticas, religiosas e étnicas fazem da zona do Mediterrâneo um puzzle complexo, difícil de gerir.

A falta de progresso na concretização das iniciativas mediterrânicas e na criação de um planeamento de segurança ilustra a fragmentação política da região. A realidade é que de facto não existe uma identidade de segurança no Mediterrâneo e, assim, as possibilidades de criação e sustentabilidade de um regime de segurança cooperativo e multilateral são fracas<sup>6</sup>. A região mediterrânica é caracterizada mais pela sua heterogeneidade política do que por um sentido de forte solidariedade regional.

Existe outro Mediterrâneo que não o americano? O Médio Oriente dos EUA não tem uma coerência geográfica mas tem a coerência de uma agenda política. Os Estados Unidos dividiram o Médio Oriente em dossiês numa base funcional, tendo em conta as suas prioridades e a percepção dos seus interesses. O Médio Oriente americano é o Médio Oriente do petróleo, do Iraque, do Irão, dos Palestinianos e dos Israelitas, do fundamentalismo e do terrorismo. É um Médio Oriente selectivo e caótico, mas tem a sua coerência: a de constituir uma zona de intervenção da única superpotência mundial; a de constituir uma zona onde a superpotência impõe o seu plano ordenador.

Com os acontecimentos do 11 de Setembro, o cerne das preocupações da NATO passou definitivamente as fronteiras da Europa para se centrar em áreas adjacentes, nomeadamente no Médio Oriente. Os acontecimentos do 11 de Setembro, tornaram evidente quais são as novas ameaças que os países ocidentais enfrentam. Para os EUA, a lição é que a grande ameaça ao Ocidente são os terroristas ou estados pária do Médio Oriente armados de armas de destruição maciça e prontos a atacar.

Desde o fim da Guerra Fria, que uma Pax Americana vigora no Mediterrâneo Oriental: Médio Oriente e Golfo. Essa hegemonia foi consideravelmente ampliada pela vitória rápida dos Aliados no Iraque. A partir de agora, e pela primeira vez, os EUA estão presentes no coração do velho mundo árabe. Com o 11 de Setembro e com a guerra no Iraque, os EUA consolidaram uma série de pontos de apoio militar que se situam no perímetro e no interior do Médio Oriente. O que esta hegemonia americana ditará para o

---

6 Jed C. Snyder, "Arms and Security in the Mediterranean Region", in Roberto Aliboni, George Joffé e Tim Niblock (eds.), *Security Challenges in the Mediterranean Region*, Londres, Frank Cass/IAI, 1996, p. 177.

Mediterrâneo, ainda é cedo para se saber. Contudo, uma re-ordenação política-estratégica terá lugar na zona e começa já a desenhar-se.

O Mediterrâneo europeu é o Mediterrâneo do Processo de Barcelona, essa iniciativa na qual a UE tanto tem investido. É de sublinhar o consenso reunido na Europa em torno das iniciativas para o Mediterrâneo, mesmo por parte de países inicialmente reticentes. Países como a Inglaterra e a Alemanha tornaram-se, por via do seu envolvimento nesta questão, actores mediterrânicos de pleno direito. Contudo o alargamento iminente da UE provavelmente desviará para leste, ainda que não intencionalmente, os recursos e as atenções do Mediterrâneo.

Por outro lado, a UE está consciente dos limites dos seus esforços: a chave para a paz e a integração económica da região é a resolução do conflito israelo-palestiniano e israelo-árabe. Ora, a UE não consegue deixar a sua marca no Mediterrâneo porque não se consegue impor como actor no processo de paz do Médio Oriente, tendo sido marginalizada pelos EUA e por Israel. O mito do processo de paz - condição imposta pelos parceiros árabes para o início de qualquer processo sério de cooperação no Mediterrâneo - provavelmente não passa disso mesmo: de um mito. Não é líquido que o fim do processo de paz signifique o fim dos conflitos na zona mediterrânica.

A Declaração de Barcelona (DB) baseia-se numa noção cooperativa e global de segurança que inclui aspectos da *soft* e da *hard security*. A Parceria Euro-Mediterrânico (PEM) tem a vantagem de congregar num único fórum quase todos os países do Mediterrâneo. Além da cooperação nos campos da “soft security”, o Processo de Barcelona visa criar uma área de paz e estabilidade desenvolvendo e reforçando um quadro mediterrânico de gestão de crises, em particular, a diplomacia preventiva e a gestão de crises.

O objectivo é alcançar a segurança através de medidas relacionadas, tanto com a segurança militar<sup>7</sup>, como com a estabilidade<sup>8</sup>: um conceito mais amplo definido em termos políticos, sociais e económicos.

---

7 A segurança militar será função de:

- elaboração de Medidas de Criação de Confiança e de MCCA destinadas a controlar os armamentos e a gerir conflitos.

8 A estabilidade será assegurada por:

- um processo de diálogo político - a adopção de uma série de princípios nas práticas governativas internas;
- o reforço da instabilidade interna tendo por base o respeito pelos direitos do Homem e pelo Estado de Direito;
- o reforço das relações internacionais com base na renúncia ao uso da força e à não-interferência nos assuntos internos;
- a cooperação em riscos da soft security (imigração ilegal, terrorismo, tráfico de droga, crime internacional, corrupção, xenofobia, racismo e intolerância).

A DB falava, em particular, de:

- desenvolver medidas práticas para evitar a proliferação de ADM;
- limitar as capacidades militares a níveis que não ultrapassem as legítimas capacidades de defesa;
- estudar a criação de “Medidas de Criação de Confiança e de Segurança” (MCCS - “Confidence and Security-Building Measures”).

Desde 1996 que as competências da Parceria Euro-Mediterrânica na área da segurança têm vindo a diluir-se. O “pacto” de segurança previsto na DB, passou, por sugestão dos parceiros do Sul, a ser negociado como “Carta Euro-Mediterrânica para a Paz e Estabilidade”. A Carta deveria lançar os fundamentos para a resolução pacífica das situações de crise e de conflito no Mediterrâneo. Na reunião ministerial de Malta de 1997, não se chegou a um acordo quanto aos elementos básicos da Carta, alegadamente devido ao desmoronamento do processo de paz no ano anterior. Em Marselha, em Novembro de 2000, a diluição do alcance da Carta confirmou-se. Foi decidido que a Carta “será baseada numa abordagem global da estabilidade”, expressão vaga que faz entrar em linha de conta com outros factores, além dos estritamente políticos e militares. A Carta será um documento “generalista, progressivo e não vinculativo”. Noutras palavras, a carta foi adiada sine die e limitada a assuntos de *soft security*.

A discussão sobre a segurança militar quase que desapareceu da agenda, tendo sido adiada para uma “altura apropriada”, nomeadamente as de “Medidas de Criação de Confiança e Segurança”, precursoras de medidas de limitação de armamento e desarmamento. Em Palermo, em Junho de 1998, foi decidido apostar nas “Medidas de Criação de Parceria” (“Partnership Building Measures”), em vez das “Medidas de Criação de Confiança e Segurança”. No entendimento dos parceiros do Sul do Mediterrâneo, as “Medidas de Criação de Parceria” são um processo de cooperação política em questões de *soft-security*. Estas questões deverão ser tratadas numa base estritamente inter-estatal e caso a caso, de forma a minimizar a interferência com factores da ordem doméstica.

Na vertente da segurança, a PEM tornou-se apenas numa estrutura de diálogo, informação e transparência, um mecanismo gerador de confiança sistémica<sup>9</sup>. No processo, foi reduzida ao mínimo denominador comum e esvaziada das potencialidades para acções de prevenção de conflitos e de gestão de conflitos.

---

9 V. Aliboni, “The Enhanced Political Dialogue”, p. 3.

Os princípios norteadores da elaboração da Carta, também minam a sua eficácia. Um dos princípios estabelece a “não interferência na resolução dos actuais conflitos”. Isto é, a Carta pode pronunciar-se sobre potenciais fontes de futuros conflitos, mas não pode actuar sobre os existentes, que são os que mobilizam as atenções dos parceiros do Sul. Ora, mecanismos de prevenção de futuros conflitos só poderão funcionar se for encontrada uma plataforma mínima de entendimento quanto à resolução dos actuais conflitos. O mesmo princípio se aplica em relação às MCCS: só poderão funcionar se houver um acordo geral quanto às questões mais controversas e quanto aos princípios para a resolução dos conflitos<sup>10</sup>.

Outra das dificuldades na procura de uma plataforma de segurança é que o conceito de segurança da EU é mais amplo do que o dos seus parceiros do Sul. O conceito de segurança assenta em vários aspectos, que não os estritamente político-militares. Essas bases assentam no desenvolvimento sustentável, democracia política e boa governação. Esta concepção de segurança estabelece uma correlação entre a esfera inter-estatal e intra-estatal, uma vez que a segurança regional depende de uma série de processos internos de democratização e de reformas económicas<sup>11</sup>.

No seio da Parceria Euro-Mediterrânica, há claramente diferenças de valores e do sentido de prioridade a conceder às acções para cimentar a segurança nos países do Sul. Na abordagem holística da segurança do Norte, dá-se importância a princípios como a democracia, os Direitos do Homem, o Estado de Direito, a boa governação e a globalização. O Norte pensa que os parceiros do Sul devem ter uma postura pró-activa implementando uma série de reformas políticas e económicas de forma a provocar, a longo prazo, mudanças sistémicas nas suas sociedades<sup>12</sup>. O Sul, adoptando uma atitude defensiva, argumenta que essas acções são uma receita para a interferência e a desestabilização<sup>13</sup>.

A democracia, pela sua forte carga normativa e ideológica, toca no âmago das percepções Norte-Sul e revive uma série de estereótipos e de preconceitos ainda tenazes. É um terreno onde o diálogo trans-mediterrânico é particularmente delicado e onde os

---

10 V. Mohamed El-Sayed Selim, “Some Conceptual Issues in the Projected Euro-Mediterranean Charter for Peace and Stability”, paper produzido no âmbito do EuroMeSCo’s Working Group on the Euro-Mediterranean Charter for Peace and Stability, Outubro de 1999 (v. em [http://www.euromesco.com/euromesco/publi\\_artigo.asp?cod\\_artigo=38766](http://www.euromesco.com/euromesco/publi_artigo.asp?cod_artigo=38766)), pp. 4-6.

11 V. IAI/IEEI, “Security and Common Ground in the Euro-Med Partnership”, EuroMesCo Papers 17, Junho de 2002, p. 7.

12 V. Selim, op. cit., p. 10.

13 Id., p. 7.

ressentimentos e as recriminações recíprocas resumem bem e solidificam os bloqueamentos culturais. Os parceiros do Sul argumentam que a introdução rápida de medidas de reforma política é politicamente inaceitável e teria efeitos desestabilizadores.

O clima de conflitualidade que marca a região não contribuiu certamente para criar um ambiente favorável à liberalização política dos regimes. Pelo contrário, exacerbou o sentimento de insegurança e de vulnerabilidade incitando-os a uma retracção contra possíveis inimigos internos e ameaças externas.

O diálogo entre as duas margens do Mediterrâneo ganhou já uma dinâmica própria e, independentemente dos percalços do percurso, veio para ficar. A União Europeia é, de todas as organizações, a que está melhor equipada para pacificar as fontes de instabilidade na região. Numa perspectiva de segurança, o Processo de Barcelona é a tentativa de criar uma dinâmica política global no Mediterrâneo.

Para os parceiros do Norte, a necessidade de uma periferia estável e segura é um imperativo e uma prioridade. Por sua vez, os parceiros do Sul devem optar entre a perspectiva das rivalidades e da marginalização, ou da segurança e da integração na ordem económica mundial. Para resolver os conflitos do Sul, existem também outros modelos bem-sucedidos que poderiam aplicar-se: é o caso do Pacto de Estabilidade do Sudeste Europeu, que integra a prevenção dos conflitos, a resolução pacífica de disputas e a dimensão humana. O modelo da integração económica europeia, baseada num conceito de integração funcional e progressiva, poderia facilitar a necessária integração económica regional.

O exemplo dos países de leste, candidatos às instituições euro-atlânticas é notável pelos esforços desenvolvidos pelos candidatos, num curto prazo de tempo, para resolver as suas disputas por meios pacíficos. A melhoria do ambiente de segurança no Mediterrâneo depende, em grande parte, da vontade política dos parceiros do Sul em endereçar, de frente e de forma radical, as causas dos seus problemas.